

Família é suspeita de usar projeto religioso para apoiar facção em MT

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Alice Ketllen | 16 de julho de 2026



A defesa de Rhavenna informou que não vai se manifestar nesse momento. O gl tenta localizar a defesa dos pastores citados.

As medidas também incluem quebras de sigilos telefônico, bancário e telemático, além da suspensão temporária do acesso dos investigados a unidades prisionais por meio de ações religiosas.

Segundo a investigação, a atuação missionária dentro de presídios teria sido utilizada para manter contato com detentos, transmitir recados, aproximar familiares e lideranças criminosas, além de movimentar recursos financeiros supostamente ligados à organização criminosa com atuação no Rio de Janeiro.

Os investigados respondem por suspeitas de integrar organização criminosa, corrupção de menor, tortura e lavagem de dinheiro.

Investigação começou após denúncia

As investigações tiveram início depois de uma denúncia anônima informar que integrantes da família utilizavam um projeto

religioso para entrar na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Cuiabá, e, supostamente, entregar celulares, carregadores e outros objetos proibidos a presos do raio de segurança máxima.

Embora essa suspeita específica não tenha sido confirmada até o momento, a análise de dados obtidos com autorização judicial revelou fotografias, vídeos, conversas e registros financeiros que, segundo a Polícia Civil, indicam que a relação do grupo com presos, foragidos e membros da facção ia além da assistência religiosa.

Os investigadores identificaram ainda ligações telefônicas com detentos, troca de mensagens entre presos e pessoas em liberdade, contato frequente com lideranças da organização criminosa e compartilhamento de informações relacionadas ao ambiente prisional.

Também foi apontado que familiares recebiam valores atribuídos a integrantes da facção e utilizavam contas bancárias de terceiros para fracionar depósitos, realizar transferências e ocultar a origem do dinheiro. Há indícios de que os recursos tenham sido usados para custear viagens, procedimentos estéticos e a compra de veículos.

Outro ponto investigado são viagens frequentes realizadas pelo grupo ao Rio de Janeiro. Conforme a Polícia Civil, integrantes da família estiveram em uma comunidade dominada pela facção e visitaram a residência utilizada por um criminoso foragido. No local, foram produzidas

imagens que mostram investigados ao lado de armas de fogo, como fuzis, pistolas, revólveres, carabinas e rádios comunicadores, além de registros com líderes da organização criminosa e pessoas responsáveis pela segurança armada do grupo. As investigações também encontraram fotografias de crianças portando armamentos personalizados e dos próprios investigados manuseando armas.

As videochamadas feitas entre mulheres ligadas ao projeto religioso e integrantes da facção também fazem parte das provas reunidas. Em um dos registros, segundo a polícia, um líder foragido participa de uma chamada de vídeo enquanto um comparsa dispara tiros de fuzil em uma comunidade.

As conversas analisadas ainda apontam que uma das investigadas teria solicitado a aplicação de um “salve” – termo usado por facções para determinar punições internas – contra um homem acusado de furto. Outro diálogo trata da negociação de uma arma de fogo que estaria escondida em uma propriedade rural utilizada pela família.

De acordo com a Polícia Civil, os elementos reunidos indicam que o grupo extrapolou a atuação religiosa e estabeleceu vínculos pessoais, financeiros e de comunicação com integrantes da organização criminosa. A participação individual de cada investigado ainda será definida ao longo da investigação.

A jovem presa preventivamente é apontada como responsável por utilizar a estrutura familiar para prestar apoio operacional à facção. Conforme a investigação, ela se valia do acesso proporcionado pelo projeto religioso para facilitar o contato e oferecer suporte a lideranças presas e foragidas.

A Polícia Civil informou que as investigações continuam com a análise do material apreendido, o rastreamento da movimentação financeira e a individualização das condutas para a conclusão do inquérito e eventual indiciamento dos envolvidos.

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
15/07/2026/16:06:33

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode

ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com